



Ajuste fiscal será detalhado pelo ministro Joaquim Levy amanhã

Titular da Fazenda participará de debate na Comissão de Assuntos Econômicos para explicar medidas que enfrentam resistências no Congresso

A intenção dos senadores é debater as propostas que o Executivo enviou ao Congresso, como as Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014, que estabeleceram uma série de alterações em direitos trabalhistas e previdenciários. Essas medidas enfrentam oposição das centrais sindicais, que reivindicam a revogação. Outro projeto polêmico, o que regulamenta um novo indexador para as dívidas de estados e municípios com a União, também estará na pauta. **3**



Wilson Dias/ABr

Direitos trabalhistas como seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso foram alvo de mudanças pelo governo para tentar sanar as contas públicas

Aborto até o 3º mês é discutido no Parlamento 4

Bancada feminina quer mulheres na política 2

Mobilidade é tema de audiência interativa hoje 2

ACONTECEU NO SENADO

Senado e Câmara criam “pauta expressa”

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, decidiram, na terça-feira, criar uma “pauta expressa”. A ideia é que as duas Casas escolham projetos de lei importantes e os priorizem. Quando uma proposta desse tipo for aprovada

numa Casa, ela ganhará prioridade na outra.

O objetivo é acelerar a aprovação desses projetos. Da “pauta expressa” já constam propostas que tratam da reforma política e que melhoram o ambiente de negócios no país. **4**

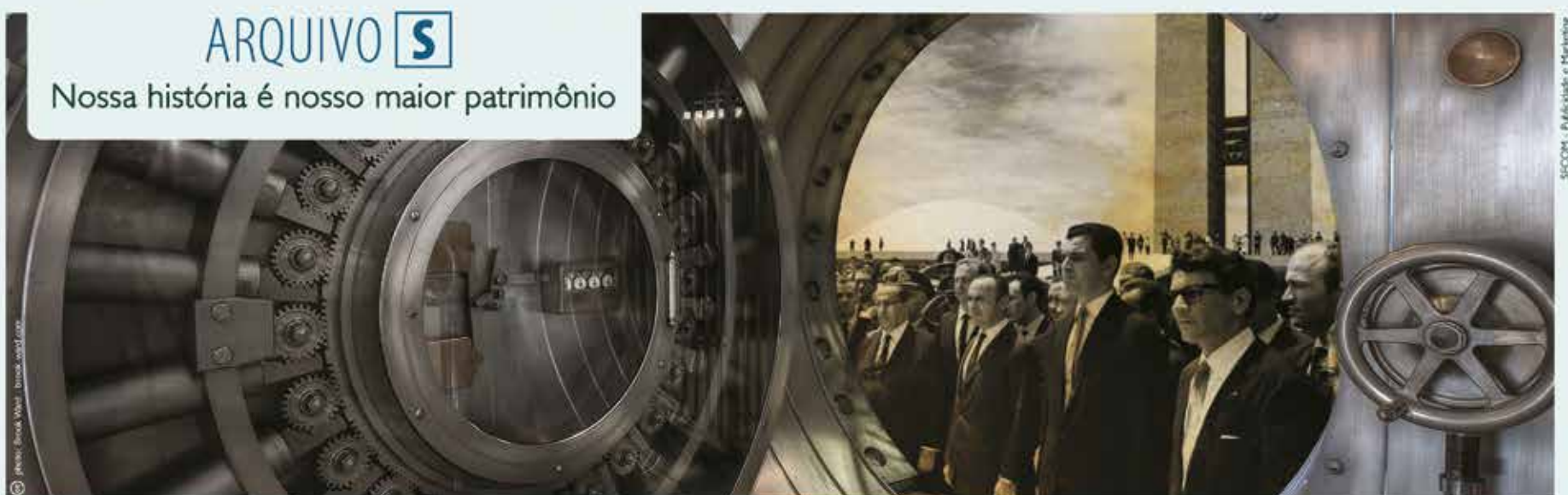


Jonas Pereira/Agência Senado

Eduardo Cunha, da Câmara, e Renan Calheiros, do Senado: trabalho articulado das Casas

ARQUIVO **S**

Nossa história é nosso maior patrimônio



SICOM - Publicidade e Marketing

www.senado.leg.br/jornal

“Arquivo S” é o novo caderno especial do Jornal do Senado. Publicado na primeira segunda-feira do mês, o caderno traz matérias especiais de momentos históricos do Brasil, contadas por meio de documentos raros protegidos no acervo do Arquivo do Senado. Um patrimônio nacional de grandes acontecimentos que marcaram a sociedade, provocaram mudanças no país e alteraram o curso da história do Brasil.

Campanha nacional pede mais mulheres na política

Movimento, de iniciativa da bancada feminina do Congresso, defende aprovação de PECs que garantem vagas para candidatas ao Legislativo. Presidente do Senado participou do lançamento, em São Paulo

CERCA DE 400 pessoas lotaram o auditório da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na quinta-feira para o lançamento da campanha Mais Mulheres na Política, organizada pela bancada feminina no Congresso.

As parlamentares ganharam apoio dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, em favor da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 23/2015, que garante 30% das vagas dos Legislativos para as mulheres nas próximas eleições, e da PEC 24/2015, que reserva uma vaga para cada gênero na renovação de dois terços do Senado.

— Contem conosco para apoiarmos o aumento do número de cadeiras destinadas às mulheres — disse Renan.



Vanessa fala no evento, entre Paulo Skaf, da Fiesp, Renan, Cunha e Marta Suplicy

Cunha avaliou ser possível concluir a discussão para que as mudanças possam valer na eleição de 2016.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, esclareceu por que a atual lei da cota de 30% em candidaturas não é eficaz:

— O sistema eleitoral diz que os partidos devem reservar as vagas, mas a punição tem sido extremamente branda.

A atriz Maitê Proença lembrou que é hora de a civilização ter mais olhar feminino.

— Para mudanças reais, é preciso energia feminina na gerência do mundo — disse.

O evento foi organizado pela Procuradoria da Mulher do Senado, pela Secretaria da Mulher da Câmara e pelo gabinete da senadora Marta Suplicy (PT-SP), com apoio da Fiesp.

Senado inaugura Sala de Apoio à Amamentação

Amanhã, ao meio-dia, o Senado vai inaugurar a Sala de Apoio à Amamentação, que das 9h às 17h atenderá as funcionárias da Casa (servidoras efetivas e comissionadas, terceirizadas, estagiárias, jovens aprendizes e esposas ou companheiras de servidores). A sala fica no bloco 7 da Gráfica, atrás do ILB.

A inauguração faz parte do calendário do Mês da Mulher. A iniciativa atende a execução do Plano de Ação 2013–2015 do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.

Na sala, haverá um equipamento de refrigeração para armazenamento de leite, além de forno de micro-

-ondas, bancada e pia. O leite a ser armazenado deverá ser identificado com o nome do responsável, data e hora da coleta. O período máximo de armazenamento é de 15 dias no congelador e de 12 horas na geladeira. O leite que permanecer após o prazo de validade e aqueles sem identificação serão descartados.

Comissão debate desafios da mobilidade urbana

Os desafios diários impostos à mobilidade urbana serão debatidos hoje, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência pública, sugerida pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), deve abordar questões relativas a acessibilidade, uso de bicicleta como meio de transporte e mortes no trânsito.

Além de integrantes do Ministério das Cidades, o debate deverá reunir representantes de entidades civis do setor —

como a ONG Rodas da Paz e o Movimento Passe Livre —, Polícia Rodoviária Federal, Universidade de Brasília (UnB) e Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

Tramita na Comissão de Infraestrutura (CI) projeto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que incentiva o uso de bicicleta como meio de transporte nas cidades (PLS 262/2013). Já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta defende a inclusão do transporte cicloviário nos

planos de mobilidade urbana e prevê a institucionalização da oferta de bicicletas públicas de uso compartilhado.

MOBILIDADE URBANA

▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

• <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211

▶ Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Taquígrafia:

<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>



Marcos Oliveira/Agência Senado

Representantes de secretarias estaduais de Educação reuniram-se na sexta-feira com a equipe do Projeto Jovem Senador para conhecer o regulamento da edição 2015 e discutir melhorias na divulgação nos estados. Promovido pelo Senado, o projeto seleciona alunos de escolas públicas para vivenciarem, em Brasília, o trabalho dos senadores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CDH Mobilidade urbana

9h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública sobre mobilidade urbana e acessibilidade.

CDH Golpe militar

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos rememora os 51 anos do golpe militar de 1964.

CMA Requerimentos

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle analisa sete requerimentos.

CAE Ministro Levy

10h A Comissão de Assuntos Econômicos debate a política econômica com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

CE Educação básica

11h A Comissão de Educação analisa texto que obriga bolsistas da União a colaborar com a educação básica.

CMO Eleição

14h Eleição de presidente e relator da Comissão Mista de Orçamento.

CMMC Plano de trabalho

14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) se reúne para apresentação do plano de trabalho.

CRE Dois embaixadores

14h30 A Comissão de Relações Exteriores se reúne para apreciar indicações de embaixadores para a Malásia e a Índia.

MP 660/2014 Servidores de Rondônia

14h30 Comissão mista analisa medida provisória sobre enquadramento na União de servidores do ex-território de Rondônia.

MP 668/2015 Audiência pública

14h30 Audiência pública para instruir a análise da MP 668/2015, que aumenta alíquotas do PIS e da Cofins sobre a importação.

CAS Quiropraxistas

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outros, projeto que regula a profissão de quiropraxista.

CDR Solo urbano

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto sobre o parcelamento do solo urbano.

CAE Chocolate

10h30 A Comissão de Assuntos Econômicos debate projeto sobre percentual mínimo de cacau nos chocolates.

CPI DO HSBC Secretário da Receita

13h A CPI do HSBC promove audiência pública com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e o presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues.

QUARTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Após ter o pedido de adiamento da votação do indexador de dívidas dos estados atendido, ministro voltará ao Congresso amanhã para participar de audiência pública

Levy explicará proposta de ajuste fiscal do governo

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, às 10h, para apresentar as perspectivas do ajuste nas contas públicas. A audiência integra uma série de debates anunciada pelo presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), sobre a crise econômica.

Parte dessas propostas tramita no Congresso Nacional, como as Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014, que estabeleceram uma série de alterações nas regras de seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. Essas medidas enfrentam oposição das centrais sindicais, que reivindicam a revogação.

Também está no Legislativo o projeto de lei que o governo enviou em substituição à MP 669/2015, que aumentava a contribuição sobre fatu-

ramento para 59 setores da economia a partir de junho. Essa MP foi devolvida pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, e o Executivo decidiu reapresentar o conteúdo na forma de projeto de lei (PL 863/2015), que começou a ser analisado na Câmara.

Outro tema na pauta do ministro da Fazenda será o Projeto de Lei 37/2015, aprovado pela Câmara e enviado ao Senado, onde chegou como PLC 15/2015 — Complementar. Esse projeto elimina o argumento, usado pelo governo, da falta de regulamentação para implementar o novo indexador das dívidas dos estados e municípios, que reduzirá o desembolso feito por essas unidades federativas para o pagamento de encargos à União.

De autoria do deputado Leonado Picciani (PMDB-RJ), o PLC 15/2015 dá prazo



Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, terá que detalhar projetos enviados ao Congresso para reequilibrar contas públicas

de 30 dias, a partir da data da manifestação do devedor, para a assinatura dos aditivos contratuais com o novo indexador das dívidas. Segundo o projeto, vencido o prazo, o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido.

O novo indexador da dívida é previsto na Lei Complementar 148/2014, que resultou de projeto enviado pelo próprio governo. A votação do texto no Plenário do Senado foi adiada a pedido do ministro da Fazenda, que manifestou preocupação quanto ao

impacto da medida nas contas da União. Mesmo assim, foi aprovado requerimento de urgência, o que poderá assegurar a votação na tarde de amanhã.

A audiência com Joaquim Levy será no Plenário 19 da Ala Alexandre Costa.

PIB de 0,1% em 2014 repercute entre senadores

O anúncio oficial do desempenho econômico do Brasil em 2014 repercutiu no Senado na sexta-feira. Paulo Paim (PT-RS) pediu que o governo comande amplo pacto nacional em nome da retomada do crescimento, inclusive acenando para a oposição:

— Os números não mentem, estamos entrando num período de recessão. É o momento de uma grande concentração nacional. É preciso estabelecer muito diálogo envolvendo empresários, trabalhadores, Parlamento e Executivo, e chamar inclusive a oposição.

Já o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), não vê no Executivo federal capa-

cidade de recuperar o país. Ele avalia que o desempenho da economia é reflexo direto da qualidade do governo.

— O 0,1% [crescimento do PIB em 2014] ficou muito próximo da nota do desempenho econômico do governo federal, que é zero. Infelizmente o Brasil entrou numa recessão pelo descontrole fiscal do governo.

Paim teme que a consequência do enfraquecimento da economia seja mais sentida pelos trabalhadores e aposentados. Para evitar isso, ele defende que o governo federal fuja das soluções fáceis e busque novos caminhos para sair da crise.

— Temos que aprofundar o debate, numa reforma tribu-

tária, por exemplo. Em outros países existe a tributação das grandes heranças. É o momento de dar um passo avante.

O senador frisou que “o PT entende, sim, que a política econômica tem que ser mudada”.

Cássio ressaltou que os próximos tempos serão difíceis. O líder tucano elencou problemas que já estão em curso ou são iminentes, em sua análise:

— A previsão é que em 2015 haverá recuo do PIB próximo de 2%, com inflação na casa dos dois dígitos. Para os mais pobres, a inflação já passou dos 10%. Aumentou o desemprego, o poder de compra do trabalhador está diminuindo.

Análise da política de reajuste do mínimo deve ir até 23 de maio

A política de reajuste do salário mínimo tem seu dia final de tramitação no Congresso estimado para 23 de maio, mas o prazo de análise pode ser prorrogado por 60 dias. A medida provisória (MP 672/2015) foi publicada com a previsão de aumentos anuais abrangendo o período de 2016 a 2019.

O aumento é feito com base na variação de inflação registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses anteriores ao mês do reajuste (correção monetária). O valor também

é acrescido de percentual equivalente à taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos atrás (aumento real). Na prática, ela repete o que vinha sendo feito nos últimos anos.

Em 2016, por exemplo, para o cálculo do salário mínimo nacional será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o ano de 2014. A comissão mista que analisará a MP receberá emendas até amanhã. Se não for aprovada até o dia 9 de maio, a MP 672/2015 passará a obstruir a pauta.

Cássio critica gestão da economia e diz que culpa da crise é da presidente

Em discurso na sexta-feira, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) citou a divulgação do baixo índice de crescimento da



Pedro Franco/Agência Senado

economia brasileira de 2014 pelo IBGE para criticar a “política econômica desastrosa” da presidente Dilma Rousseff. O PIB ficou em 0,1%, o pior resultado desde 2009, ano da crise internacional, quando a economia brasileira recuou 0,2%.

— As pessoas estão empobrecidas, o Brasil está desperdiçando conquistas alcançadas pela sociedade com muito esforço.

responsável pela recessão, essa responsabilidade é da presidente Dilma Rousseff, do PT.

O senador afirmou que o crescimento do PIB a partir de 2010 não foi sólido, já que não resultou de crescimento da indústria, e sim da expansão do crédito e do estímulo ao consumo. Ele acrescentou que a previsão para a agroindústria em 2015 é pessimista, de retração.

José Medeiros defende projeto que combate consumo excessivo de açúcar

José Medeiros (PPS-MT) defendeu na sexta-feira projeto que ele apresentou para obrigar as empresas de bebidas



Pedro Franco/Agência Senado

açucaradas a informarem o teor calórico e advertirem sobre os malefícios do consumo abusivo desses produtos.

Segundo o senador, desde o final do século 20, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem recomendado a diminuição do açúcar em produtos alimentícios. Ele disse que a entidade recomenda que o açúcar consumido por uma

pessoa corresponda a apenas 10% do total das calorias diárias. — Os 10% correspondem a mais ou menos 50 gramas de açúcar refinado, ou 12 colheres de chá — explicou.

Medeiros lembrou que o consumo excessivo de açúcar está ligado a dezenas de doenças como obesidade, diabetes, Alzheimer e osteoporose, entre outras.

O projeto (PLS 8/2015) aguarda parecer do relator, Otto Alencar (PSDBA), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Paulo Paim lamenta persistência da discriminação racial no mundo

Paulo Paim (PT-RS) lembrou na sexta-feira a passagem do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação



Pedro Franco/Agência Senado

Racial, em 21 de março. A data foi instituída pela ONU em memória às vítimas do Massacre de Sharpeville, ocorrido em 1960, em Joanesburgo, África do Sul.

Em 21 de março daquele ano, 20 mil negros protestavam contra a Lei do Passe, instituída pelo apartheid, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando locais por

onde podiam circular. Ainda que conduzida em paz, a manifestação foi duramente reprimida pelo exército. Ao todo, 69 pessoas foram mortas e 186 ficaram feridas.

— Infelizmente, ainda persistem odiosas discriminações baseadas na idade, na cor da pele, na etnia e na origem das pessoas — disse Paim.

Segundo o senador, 80% dos refugiados acolhidos pelo Brasil deixaram seus países fugindo do preconceito e da intolerância.

Discussão sobre regulamentação do procedimento até 3º mês de gravidez será feita no Senado e na Câmara simultaneamente. Questão polêmica ainda divide opiniões



Em 2012, entidades que defendem descriminalização do aborto fizeram manifestação em Brasília

Congresso debaterá legalização do aborto

O PRESIDENTE DA Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou que pretende promover um amplo debate sobre a sugestão de um projeto de lei para legalizar o aborto até a 12ª semana de gestação. A proposta é resultado de uma sugestão popular (SUG 15/2014) apresentada por meio do Portal e-Cidadania, do Senado, e que teve apoio de mais de 20 mil pessoas. O relator atual da sugestão na CDH é Magno Malta (PR-ES), que substituiu Marta Suplicy (PT-SP) na relatoria.

Paim admite que o tema aborto é “superpolêmico”, mas observou que isso “não prejudica a boa conversa”.

— Vamos convidar pessoas que sejam a favor e contra. Vamos debater exaustivamente o ponto de vista da sociedade — assegurou o senador.

Magno Malta, apesar de ter uma posição pública contrária à legalização do aborto, garantiu que vai colocar o assunto em debate. Planeja até cinco audiências públicas, para dar voz a

todos. O senador também anunciou que não vai arquivar a proposta por causa de convicções pessoais.

— O debate tem que ser amplo e eu gostaria de ser convencido, embora ache muito difícil alguém me convencer. Minha posição é clara, nunca escondi de ninguém. O que precisamos é botar luz nesse debate — disse.

A sugestão em análise na Comissão de Direitos Humanos prevê que todas as unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) devem estar preparadas para os procedimentos médicos para a interrupção da gravidez. Além disso, as grávidas devem receber apoio psicológico e social de maneira a garantir que elas tomem decisões conscientes e responsáveis.

Ao propor a sugestão legislativa, os cidadãos defensores da ideia argumentaram que a lei atual transforma as mulheres em reféns de esquemas clandestinos de aborto. O Ministério da Saúde estima que ocorram 1,25 milhão de abortos ilegais por ano no país.

Câmara analisa projeto apresentado pelo deputado Jean Wyllys neste ano

Enquanto no Senado a proposta que trata da legalização do aborto até o fim do terceiro mês de gravidez veio de uma iniciativa popular, na Câmara dos Deputados a ideia foi apresentada por um parlamentar. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) apresentou o PL 882/2015, que estabelece as políticas públicas de saúde sexual e direitos reprodutivos, além de legalizar e regulamentar a prática do aborto seguro.

O projeto, que ainda aguarda pelo despacho do presidente da Casa, Eduardo Cunha, determina que toda mulher tenha o direito de interromper a gravidez no SUS ou na rede privada durante as primeiras 12 semanas de gestação. Se ultrapassado esse prazo, o aborto pode acontecer até a 22ª semana, se o feto pesar menos de 500 gramas e a gravidez for resultado de estupro, violência sexual ou ato atentatório à liberdade sexual.

Lei permite interrupção da gravidez em casos especiais autorizados pela Justiça

A lei brasileira prevê que a gravidez pode ser interrompida quando é consequência de estupro, quando há risco de morte para a mãe ou quando o feto não tem cérebro (anencéfalo). Essa última possibilidade foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 12 de abril de 2012, após grande polêmica e sob forte oposição de alguns grupos religiosos.

Um levantamento feito pelo jornal britânico *The Guardian* em 2014 mostrou a divisão mundial quando o assunto é aborto. De acordo com a publicação, França, Alemanha, Grécia, Bélgica, Itália, Portugal, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, México, Canadá, Austrália, África do Sul e China têm as leis mais liberais sobre o tema. No outro lado, com restrições à prática, estão países como Brasil, Venezuela, Paraguai, Angola, Congo, Senegal, Palestina, Nicarágua e El Salvador.

ACONTECEU NO SENADO



Novo indexador e reforma política estão entre os assuntos que devem ter votação mais rápida

Para agilizar votações, Senado e Câmara criam “pauta expressa”

Na terça-feira, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, definiram uma pauta expressa para as duas Casas. Nela, estão incluídas matérias que tratam da regulamentação do indexador das dívidas dos estados e municípios, da reforma política e de projetos para melhoria do ambiente de negócios do país. A intenção é acelerar as votações para que textos aprovados em uma das Casas possam ser votados mais rapidamente na outra.

LEI DA BIODIVERSIDADE

Na quarta, o novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015) foi aprovado nas Comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e de Assuntos Econômicos. O texto facilita a pesquisa com o patrimônio genético.

Junior Abud



Marcos Oliveira/Agência Senado

CPI DO HSBC INICIA TRABALHOS

Na terça, foi instalada a CPI que examinará a lista de 8.667 brasileiros que têm ou tiveram conta no HSBC da Suíça. Paulo Rocha (PT-PA) é o presidente; Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o vice; e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o relator.

PROJETOS DA ÁREA ECONÔMICA GANHAM URGÊNCIA

Na quarta, o Plenário aprovou o regime de urgência para dois projetos da área fiscal: a regulamentação da nova indexação da dívida dos estados e municípios e a convalidação de incentivos fiscais de estados e empresas. Os projetos devem ser votados nesta semana.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

PARA TOMBINI, MEDIDAS FISCAIS SÃO “ROBUSTAS”

Na terça, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participou de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Aos senadores, Tombini disse considerar robustas as medidas fiscais do governo. Os resultados, estima o presidente do Banco Central, devem começar a aparecer em abril.

ALOYSIO QUER INVESTIGAR FUNDOS DE PENSÃO

Na quinta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) começou a recolher assinaturas para instalar no Senado uma CPI para investigar irregularidades nos fundos de pensão da Petrobras, dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa. O pedido de CPI foi motivado por denúncias publicadas na imprensa de irregularidades na administração dos fundos.

Fernando Bezerra/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

MINISTRO DAS CIDADES APRESENTA PLANOS AO SENADO

Na quarta, a Comissão de Desenvolvimento Regional recebeu o ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Ele falou de planos neste ano para os municípios.

TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Na terça, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a recriação da comissão temporária externa destinada a acompanhar todos os atos referentes às obras da transposição do Rio São Francisco.

COMISSÕES SÃO INSTALADAS

Na quarta, foram instaladas a Comissão Senado do Futuro e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Wellington Fagundes (PR-MT) presidirá a primeira. Fernando Bezerra (PSB-PE), a segunda.